

O MEDO CEGA: ESVAZIAMENTO DA EXPERIÊNCIA E A CRISE ÉTICA EM DISTOPIAS DO SÉCULO XX

FEAR STRUCK US: THE EMPTINESS OF HUMAN EXPERIENCE AND THE ETHICAL CRISES IN 20TH CENTURY DYSTOPIAS

DOI: https://doi.org/10.46551/issn2179-6793RA2024v26n1_a04

Eugênia Adamy Basso

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar os desdobramentos da ética nos romances distópicos *Nós* (1924), de Evgeni Zamiátin, e *1984* (1949), de George Orwell, de modo a entender quais os caminhos que levam sujeitos e sociedade a enfrentarem, no universo distópico, uma crise ética. Nas narrativas em questão, observa-se que a ética em lacunas porque as instituições dominantes nesses espaços se utilizam do esvaziamento e massificação dos sujeitos para gerenciamento de poder por meio de uma ideologia moral tendenciosa, baseada na propaganda que sustenta o Estado totalitário da distopia.

Palavras-chave: Ética; Crise; Distopia; Estado Totalitário; Ideologia.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the unfolding of ethics in the dystopian novels *We* (1924), by Evgeni Zamiátin, and *1984* (1949), by George Orwell, in order to understand which paths lead subjects and society to face, in the dystopian universe, an ethical crisis. In these narratives, it is observed that ethics among gaps since the dominant institutions in these spaces use the emptying and massification of subjects to manage power through a biased moral ideology, based on the propaganda that sustains the totalitarian state of dystopia.

Keywords: Ethics; Crisis; Dystopia; Totalitarian State; Ideology.

A ficção literária, quando envolvente, convida-nos a pensá-la como um sintoma do que se vive. Nessa sintonia, podemos perceber que as distopias são verossímeis: partem da nossa realidade por um viés pessimista, servindo como uma leitura de alerta à sociedade. Baseada em uma política de trocas, as distopias trazem cenários de injustiça social, abuso de poder institucional, falso moralismo, individualismo e distorção de valores éticos – extrapolando os limites do caráter humano (ou sua ausência). Sendo assim, este artigo tem como ponto de partida analisar os caminhos que levaram as sociedades distópicas a viver uma crise ética, partindo dos conceitos de ética e experiência em consonância com os processos de esvaziamento de sujeitos nas distopias clássicas *Nós* (1924), de [Evgeni Zamiátin](#), e *1984* (1949), de George Orwell.

As distopias aqui analisadas partem de um contexto de publicação em que as angústias históricas são oriundas de um pessimismo pós-guerra e do surgimento de movimentos de aspirações totalitárias na Europa. Em uma política na qual se diminui a individualidade e se intensifica a coletividade, surge o ideal utópico do sistema totalitário em que a busca pela restauração da ordem e da estabilidade social desencadeia um ambiente de terror aos indivíduos, pautado na coerção, vigilância, prisão e exploração. O teórico francês Gregory Claeys (2017) aponta o adjetivo “distópico” como um futuro amedrontador em que o caos e a ruína prevalecem. O autor discute sobre o cenário apocalíptico do gênero, iniciando pelo seu nome: “Muito do que associamos com ‘distopia’ é, portanto, um fenômeno moderno, casado com o pessimismo secular. A palavra é derivada de duas palavras gregas, *dus* e *topos*, significando um lugar doente, ruim, defeituoso ou desfavorável”¹ (grifos do autor, tradução minha). Sendo assim, nesse cenário de distopia totalitárias, os sujeitos são dominados pelo totalitarismo, por medidas punitivas e pela implacável cobrança produtiva, o que resulta em uma perda de sua singularidade, sendo visto como mero agente de trabalho para o Estado. Sua existência se centraliza no executar diário, na manutenção da produtividade, sem a oportunidade de reflexão sobre si e seu posicionamento no mundo – o

1

Most of what we associate with ‘dystopia’ is thus a modern phenomenon, wedded to secular pessimism. The word is derived from two Greek words, *dus* and *topos*, meaning a diseased, bad, faulty, or unfavourable place. (CLAYES, 2017, p. 4)

que interfere diretamente no que chamamos de experiência.

A filósofa Márcia Tiburi aborda o conceito de ética juntamente com o conceito de experiência (2016), identificando que, desde a modernidade, a ética enfrenta um período de crise por conta da banalidade do mal, corrupção, falso moralismo e privação do pensamento crítico. Segundo a filósofa, a experiência envolve o saber individual, o saber da própria existência e o contato entre corpo e alma. A capacidade em liberdade de observar, sentir e analisar seu papel no mundo é essencial para tomar decisões éticas e ir de encontro ao mal banalizado.

Podemos dizer que a ética é a reflexão acerca dos nossos atos enquanto pretendemos que eles tenham um sentido que vá além deles mesmos. A ética é, assim, o contrário do vazio da ação que experimentamos no dia a dia. [...] a ética implica sempre a pergunta acerca de nós mesmos enquanto somos construtores de um entre-nós que nos autoliberta.²

Tanto a ética quanto a experiência estão ligadas à capacidade de reflexão do indivíduo, estando dependentes de sua subjetividade. Segundo a filósofa, é na linguagem que encontramos a capacidade de pensar e experienciar e, em ambientes opressores, a linguagem se localiza fora do campo de pensamento, pois é imposta.

A experiência seria o contato com o espírito, com meu corpo-alma, seria meu saber acerca do que eu mesmo vivo enquanto estou vivo para mim. Um saber sempre pessoal que é cinicamente deturpado pelo sistema, a “máquina de tortura” do mundo. A experiência seria o meu saber (sensível e intelectual) que me permitiria o encontro com o que sou e com o momento impessoal do que vivo. A pobreza da experiência assume, certamente, o desenho do espírito de nossa época, voltado apenas para a novidade da mercadoria e para a conservação do mais-do-mesmo.³

Visto isso, a consciência política é necessária na manutenção das relações éticas da sociedade. Em sistemas estatais onde seus integrantes são dominados pelo totalitarismo, por medidas punitivas ou pela implacável cobrança produtiva, o indivíduo tende a perder sua singularidade e é visto como uma engrenagem em constante trabalho repetitivo. Sua

2 Tiburi, 2016, p. 113.

3 Tiburi, 2016, p. 83.

existência não está centralizada em viver, mas no executar diário, manter-se em atividade, na produtividade, com a mente escassa de novas ideias e sem tempo para refletir sobre a política das relações em cada esfera de sua vida social.

Nas distopias selecionadas nesta pesquisa, o ambiente opressivo cerceia qualquer manifestação de subjetividade dos indivíduos, promovendo sua alienação e ignorância em nome de uma propaganda de harmonia social e falsa sensação de felicidade. Em *Nós* (1924), o engenheiro e matemático D-503 narra a trama em seu diário pessoal, o qual conta sua missão de concluir a construção da Integral – uma espécie de nave espacial responsável por levar a civilização para possíveis outros lugares do espaço. D-503 se posiciona como um cidadão feliz e satisfeito com o modo de vida ao qual é submetido: o *eu* não existe, o que importa é somente o *nós*. A liberdade é a inimiga da felicidade e, por isso, para que uma sociedade não se auto-aniquile, é necessário viver sob regras rígidas e constante vigia. Sobre a obra em questão, o teórico Evanir Pavloski afirma que ela “[...] satiriza o utopismo como projeto de sociedade perfeita, assim como a ação revolucionária que almeja a efetivação desse modelo imutável”.⁴

D-503 conta a história de seu contexto partindo de um ponto de referência, a Guerra dos Duzentos Anos, sobre a qual foram ensinados desde os tempos da escola. Segundo a história que predominava, apenas uma pequena parcela da sociedade teria sobrevivido à guerra e, a partir dela, teria fundado o Estado Único e criado o chamado Muro Verde, que separaria a “civilização” de uma “primitividade”, fazendo daqueles habitantes seres privilegiados. A partir disso, todo e qualquer passado da humanidade diferente deste novo presente construído pelo Estado Único é visto como inferior e desorganizado e, por conseguinte, vive-se de acordo com a Tábua das Horas:

Todas as manhãs, com exatamente seis rodas, precisamente na mesma hora, precisamente no mesmo minuto, nós, os milhões, levantamos como um só. Exatamente na mesma hora, unimilhões começamos a trabalhar e, na mesma hora, unimilhões, terminamos o trabalho. E fundimos num único corpo com milhões de mãos, exatamente na mesma hora determinada pela Tábua, no mesmo segundo levamos a colher à boca e, no mesmo segundo, saímos para passear, vamos ao auditório, ao ginásio de exercícios de Taylor,

⁴ Pavloski, 2017, p. 120.

adormecemos... Serei totalmente sincero: ainda não encontramos uma solução absolutamente exata para a felicidade – duas vezes por dia, das 16 às 17 horas e das 21 às 22 horas, nosso poderoso e único organismo se divide em células isoladas: essas são as Horas Pessoais estabelecidas pela Tábua das Horas. Nesses horários observam-se as cortinas castamente fechadas nos quartos de alguns; outros percorrem ritmadamente as avenidas, como se subissem os degraus de cobra da Marcha; outros, ainda, assim como eu, estão sentados à escrivaninha.⁵

Desse modo, com regras rígidas de rotina, nas quais até mesmo a felicidade (aqui, o termo felicidade é entendido como privacidade, ordem) tem seu tempo e espaço determinados, limitados e programados, o Estado Único encontrou um meio de controlar, docilizar e unificar aqueles corpos que, além de viverem uma punição diária de renunciar a sua liberdade, vivenciam o medo do suplício - o qual ainda está em vigor no contexto em questão. Na sociedade, o representante Benfeitor é o responsável por liderar os Guardiões e por sentenciar aqueles que se corrompem ou interferem na ordem social. Segundo o carrasco, “o verdadeiro amor algébrico em relação à humanidade é a crueldade – um atributo indispensável da verdade”.⁶ É na monofonia do totalitarismo que o Benfeitor se manifesta como uma figura divina que silencia as vozes dos seus súditos e persegue qualquer indivíduo que seja o chamado “inimigo da felicidade”. Nos feriados chamados “Dia da Unanimidade”, realiza-se uma “democrática” eleição em que cada cidadão deve se manifestar a favor ou contrário à reeleição da figura do Benfeitor. No entanto, rodeados por Guardiões, aqueles que se posicionam como contrários são encaminhados para Campânula, onde são torturados para que delatem as informações que interessam ao Estado antes de sua execução. Após, partem para a Máquina do Benfeitor, onde são assassinados e reduzidos ao pó, como um sacrifício purificador em frente ao público e acompanhado por odes ritualísticas.

Censura e vigilância também são fatores marcantes do Estado totalitário presente no clássico 1984 (1949), de George Orwell, distopia em que há três grandes blocos no mundo, Oceânia, Lestásia e Eurásia, que vivem em conflitos entre si. No primeiro, onde se passa o enredo, por meio das percepções de Winston Smith se conhece o regime brutal totalitário

⁵ Zamiátin, 2017, p. 31

⁶ Zamiátin, 2017, p. 290

aplicado pelo Partido (para o qual o protagonista trabalha) e seu líder, o Grande Irmão. A história traz uma série de ações do Partido que são apoiadas por uns e criticadas por outros e a visão de um estado ético ou não, assim como em *Nós* (1924), se distorce para cada habitante. No romance de Orwell, assim como em *Nós* (1924), o leitor também é apresentado ao totalitarismo brutal por meio das observações de seu protagonista. Winston trabalha para o Partido e está preso nesse sistema, apresentando um conflito interno em que há respeito e obediência por conta do medo e, ao mesmo tempo, desespero e necessidade de liberação.

[...] a ‘Utopia no formato de um romance’ se tornou uma distopia literária que todos conhecem. O Grande Irmão, crime de pensamento, duplipensamento, a teletela, a Novafala: esse vocabulário ‘Orwelliano’ é quase idêntico a como nós entendemos o ‘totalitarismo’ a demais formas de estado de vigilância.⁷

No modelo utópico da sociedade do Grande Irmão, também não há mais individualidade, mas sim uma pirâmide, na qual cada degrau está separado por funções. No topo, está o Grande Irmão que, assim como o Benfeitor discorrido em *Nós* (1924), se configura como a ilustre figura da liderança, da felicidade, do conhecimento, da inspiração, o rosto do Partido. Abaixo, o Núcleo do Partido, 2% da população, o cérebro do Estado. Segundo, há o Partido Exterior, o braço do Estado, por meio de onde ele age. Na base da pirâmide estão os Proletas, 85% da população, os quais não eram vigiados porque não eram importantes, eram apolíticos, não tinham a possibilidade de pensamento crítico e estavam jogados para viver no submundo das drogas, prostituição, ladroagem e demais crimes. No entanto, com os trabalhadores do Partido, era o oposto: estavam o tempo todo sendo vigiados pelo sistema. A frase “O grande irmão está de olho em você”, disseminada em cartazes por todos os cantos, revelava a ameaça divulgada pelo Partido, que dizia respeito à teletela como ferramenta essencial nessa forma de controle:

A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Todo som produzido por Winston que ultrapassasse o nível de um sussurro muito discreto seria

7 [...] the ‘Utopia in the form of a novel’ became the one literary dystopia everyone knows. Big Brother, thoughtcrime, doublethink, the telescreen, Newspeak: this ‘Orwellian’ vocabulary is almost identical with how we imagine ‘totalitarianism’ and other forms of the surveillance state.(Claeys, 2017, p. 391, tradução minha)[#]

captado por ela; mais: enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido também poderia ser visto.⁸

A liberdade absoluta do indivíduo é quase incompatível com o Estado e a sociedade, a não ser que o sujeito se encontre em total primitividade. Por mais que os proletas estejam rotulados como livres, por exemplo, ainda estão sob o controle do Estado ao estarem presos na própria ignorância a que foram submetidos. Recebiam conteúdo barato de entretenimento, de modo a não poderem desenvolver criticidade. Sendo assim, acabaram por encontrar meios de se organizar e impor limites entre eles próprios, o que resulta nas intensas ondas de violência e sua banalização.

Sabendo que os proletas, ao contrário do que o Partido coloca, não são exatamente livres, entra-se em conflito com outro tipo de liberdade que é posta em xeque. Os membros do Partido, como Winston, são vigiados o tempo todo pela teletela, pois, ao contrário dos proletas, são indivíduos que possuem capacidade de se revoltarem contra o sistema que lhes é imposto. A teletela é um meio tecnológico avançado que o sistema encontrou de realizar um controle social externo no sujeito: caso houvesse qualquer comportamento estranho que pudesse sugerir alguma interferência na reputação do Partido ou algum pensamento oposto aos ideais do Grande Irmão, a pessoa seria punida drasticamente. Enquanto em *Nós* (1924) o instrumento de tortura é a Campânula e as execuções são feitas na Máquina do Benfeitor, transformando as pessoas em pó, em 1984 (1949) as pessoas são vaporizadas sem deixar vestígios.

Seguindo por essa linha, o filósofo Michel Foucault abordou o corpo como objeto de estudo e de vigilância, apontando os interesses a ele direcionados ao passo que foi adquirindo cada vez mais importância histórica. Não somente encarado como matéria biológica, o corpo tem importância política e é diretamente influenciado pelas relações de poder: “[...] elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”.⁹ As relações de poder e dominação sobre o corpo são essenciais para o giro econômico onde um corpo útil é um corpo submisso, e tal

8 Orwell, 2009, p. 13.

9 Foucault, 1987, p. 25

observação compõe o cerne das distopias aqui analisadas

O tempo medido e pago deve ser um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado ao seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar.¹⁰

Assim, por meio da apropriação do corpo individual em nome de um controle ideológico, nos cenários distópicos as proibições sociais têm suas justificativas baseadas na ordem, na estabilidade, na segurança e na felicidade comum da população. O Estado é caracterizado por ter um monopólio legítimo sobre a sociedade, enquanto as demais instâncias, como as instituições religiosas, privadas ou até mesmo as ilegais, podem ter domínio pela força, mas que dificilmente é validado. Ao governo, por meio de subdivisões de funções, compete a garantia de direitos dos cidadãos, como a proteção da integridade física, patrimonial, o recolhimento de impostos, fiscalização de serviços, transformando em atos as vontades do Estado. Nos romances analisados, a figura Estatal designa tais encargos por meio da polícia, dos bombeiros, dos vigias e demais membros e instituições escolhidas. A partir disso, o Estado fica responsável por gerir o modo de vida de cada cidadão; sua presença é tão influenciável que as relações sociais entre todos são norteadas pelos princípios ideológicos dessa figura absoluta que, assumindo um papel divino, prega um discurso de proteção e segurança a todos os seus fiéis. Configuram-se a devoção, a alienação, o medo e a necessidade da figura de um herói. Aproveita-se o vazio de experiências e subjetividade da maioria da população para oferecer uma falsa sensação de plenitude e, assim, cada pessoa acredita ter um propósito: a adoração em troca de aceitação.

Os movimentos totalitários exigem a lealdade plena dos seus fiéis e, para propagandear a dinâmica da adoração, o Estado conta com o apoio das massas, compostas de indivíduos apáticos, neutros, que carecem de um “lugar no mundo” e buscam por um sentido na vida. E é por esse motivo que logo os líderes desses regimes encontram um

10 Foucault, 1987, p. 129.

público tão dedicado a venerá-los e a propagar seu discurso político persuasivo. Em *Nós* (1924), a presença do Benfeitor, além de temida, é idolatrada, enquanto em *1984* (1949), a figura do Grande Irmão, representante do Partido, é tida como herói daquela nação, pois, segundo propaganda, é responsável pelos grandes feitos à população em nome do bem coletivo.

Nessa dinâmica do terror, do incentivo à ignorância e privação do pensamento crítico, o Estado distorce a apatia social ao rotulá-la como algo positivo: harmonia, felicidade, estabilidade, ordem. Tal estratégia de entorpecimento dos sujeitos faz parte da aniquilação da experiência, a qual é diretamente ligada ao espaço onde vive o indivíduo:

A experiência está voltada para o mundo exterior. Ver e pensar claramente vão além do eu. [...] a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento.¹¹

Para o geógrafo Yi-Fu Tuan, os atos de ver o espaço e o de pensar sobre ele estão diretamente interligados, estando a experiência constituída de sentimentos e pensamentos, memória, intuições. Ademais, experienciar é se aventurar, conhecer algo novo, se arriscar em perigos. Em um universo onde não há objeto de criticismo, não há como criar posicionamentos, parcialidades, argumentar sobre preferências, dialogar, perceber afinidades. Cria-se uma ilusão de que, ao invés de seguir um caminho de conhecimento, discussão, respeito ou consenso, o ideal é que embates sequer tenham chance de serem oportunizados. Quando todos estão em estabilidade, não há margens para reivindicações; sem revoltas, não há mudanças; e o império estatal continua dominando uma felicidade utópica da população, onde o próprio indivíduo não exerce sua subjetividade.

Nas narrativas analisadas, visualiza-se a grande dimensão e complexidade da máquina do Estado, a qual coloca o indivíduo em uma posição de vulnerabilidade, incapaz de mudar sua situação. Nessa dinâmica, se estabelece um eterno jogo de sobrevivência entre dois times em disposições completamente desequilibradas, onde o lado do totalitarismo

11 Tuan, 1983, p. 11.

é consideravelmente mais poderoso. Nesses cenários distópicos, onde não há espaço para a criticidade e o livre pensar, pode-se dizer que não há espaço para o exercício da ética. O medo é que define as ações individuais e coletivas, baseando-se nos princípios morais estabelecidos por um poder centralizado e voltado para sua supremacia. A partir das narrativas, é possível afirmar que há uma supremacia ética ditada por um Estado que anuncia seu governo por um discurso que prega a harmonia social, mas que em sua prática cotidiana exclui o ser humano dentro de sua individualidade. Este equilíbrio da sociedade nada mais é do que o controle por meio da violência física ou psicológica justificada por um discurso ideológico que distorce o ideal de ética em prol de seu benefício próprio. O cenário firmado é de uma utopia Estatal voltada para a ordem, à busca da produtividade e do enriquecimento do Estado.

Seguindo este rumo, nos contextos distópicos em que a individualidade é reprimida, o sujeito se faz parte de uma representação ideológica da sociedade onde a sensação de medo e segurança se misturam.

Fabulosas estatísticas continuaram saindo da teletela. Em comparação com o ano anterior havia mais comida, mais roupa, mais casas, mais móveis, mais panelas, mais combustível, mais navios, mais helicópteros, mais livros, mais recém nascidos - tudo aumentara, exceto a doença, o crime e a loucura. Ano após ano, minuto após minuto, todo mundo, tudo, tudo o mais ganhava as alturas.¹²

O trecho traz o cenário de *1984* (1949), onde as teletelas são responsáveis por vigiar cada membro do Partido e seu núcleo familiar, ao mesmo tempo que transmitem notícias de feitos e sucessos do Estado. Tal artifício é planejado para que o cidadão não se oponha em sacrificar sua privacidade em nome de um regime que, ao mesmo tempo que tira algo, repõe com outros elementos considerados importantes: saúde, segurança, suprimentos, transporte. Desse modo, o discurso promovido pelo Estado é de validação da violação da privacidade em troca de uma qualidade estável de vida da população. É por esta linha que se percebe o poder disciplinar na vigilância hierárquica: todo indivíduo faz sua parte, renuncia a sua intimidade para que receba de volta os supostos benefícios do Estado, e se mantém vigilante

12 Orwell, 2009, p. 76

para garantir que os demais indivíduos também o façam. Surgem, então, casos como as delações familiares entre os membros do Partido:

Quase todas as crianças eram horríveis atualmente. O pior de tudo era que, por meio de organizações como a dos Espiões, elas eram transformadas em selvagens incontroláveis de maneira sistemática — e nem assim mostravam a menor inclinação para rebelar-se contra a disciplina do Partido. Pelo contrário, adoravam o Partido e tudo que se relacionasse a ele. As canções, os desfiles, as bandeiras, as marchas, os exercícios com rifles de brinquedo, as palavras de ordem, o culto ao Grande Irmão — tudo isso, para elas, era uma espécie de jogo sensacional. Toda a sua ferocidade era voltada para fora, dirigida contra os inimigos do Estado, contra os estrangeiros, os traidores, os sabotadores, os criminosos do pensamento. Chegava a ser natural que as pessoas com mais de trinta anos temessem os próprios filhos.¹³

Assim como os próprios filhos denunciam os pais na Oceânia de Orwell, em *Nós* (1924), a personagem U, responsável por entregar os documentos e os envelopes a D-503 endereçados, se apaixona por ele e, movida por seus sentimentos e pela rejeição, denuncia o esquema de rebelião arquitetado pelo engenheiro e sua namorada – I-330. Seguindo esse fluxo contínuo de desconfiança e monitoramento desde seu nascimento, cada indivíduo participa ativamente da máquina de vigilância com tarefas distribuídas e, assim, sustentando a grande máquina política dominada pelos chefes. Nas distopias, é essencial que os indivíduos tenham uma rotina voltada para o trabalho e tenham seus momentos pessoais limitados e monitorados. As regras são essenciais para a estabilidade do Estado, a liberdade é vista como diretamente inversa à felicidade. O discurso prega que o tempo livre facilita a desorientação dos indivíduos: não é possível permitir que cada um encontre tempo o suficiente para desenvolver preferências, prioridades, autoconhecimento. O trabalho não pode se tornar desgastante: ele deve ser o único propósito humano. A ociosidade abre espaço para a contemplação e observação, o que é perigoso para a estabilidade do Estado e a produção econômica. Por essa razão, é necessário que se utilize uma estratégia de entretenimento que não promova as relações pessoais e que não dê margem a questionamentos.

13 Orwell, 2009, p. 36

Dentro da bolha arquitetada aos indivíduos, o Estado atua como mártir e coloca qualquer um que o desafia como um vilão passível de julgamento por todos ao seu redor. Nesse processo, por mais cruel que seja, o recondicionamento dos “traidores” é necessário para que o Estado mantenha sua posição heróica – ironicamente ele é benevolente e concede uma segunda chance. Ainda que, partindo do princípio de que a ética vai ao encontro do respeito individual e da boa convivência coletiva, observa-se que o Estado deixa de ser ético ao desolar a autonomia do indivíduo e impedir sua capacidade de desenvolvimento pessoal. A alegação se baseia na teoria da estabilidade social, na segurança dos cidadãos, na garantia de um ideal construído de felicidade e, em nome disso, a ética é distorcida por uma ideologia do trabalho, da fidelidade ao sistema e da espera por um retorno de satisfação pessoal que nunca chega. A moral é baseada no que o Estado dita como aceito ou não conforme as diferentes realidades de produtividade das massas que comanda. Caso um companheiro aja de modo a transgredir alguma norma social, o cidadão é levado a acreditar que delatá-lo é uma ação ética, pois está agindo conforme a moral construída por aquele sistema.

No entanto, retomando os conceitos de Tiburi (2016) sobre ética na vida prática, é difícil que um sujeito esvaziado de experiências consiga refletir sobre seus atos e ponderar sobre qual o melhor caminho a ser seguido, como pensar suas escolhas sem destituir a dignidade do outro com quem convive. A experiência envolve o saber individual, o saber da própria existência e o contato entre corpo e alma. A capacidade em liberdade de observar, sentir e analisar seu papel no mundo é essencial para tomar decisões éticas e ir de encontro ao mal banalizado. No entanto, é impossível que um indivíduo faça isso se está preso em um ambiente mecanizado, de alta produtividade, explorador e consumidor de almas. Dificilmente se encontraria um exemplo tão elucidativo sobre isso como em *Nós* (1924), quando D-503 passa a performar comportamentos “estranhos” naquela sociedade: sonhava, tinha insônia, estava apaixonado, passava a analisar os ambientes e os comportamentos alheios. Ao ir ao médico, este lhe fala: “É muito ruim esse seu problema! Pelo visto você desenvolveu uma alma”.¹⁴ Junto à alma, faz-se presente a imaginação, extremamente condenável pelo Estado

Único e pelo Partido.

Nas narrativas analisadas, visualiza-se a complexidade da máquina do Estado, a qual coloca o indivíduo em uma posição de vulnerabilidade, incapaz de mudar sua situação. Estabelece-se um eterno jogo de sobrevivência entre dois times em disposições completamente desequilibradas, onde o lado do totalitarismo é consideravelmente mais poderoso. Nesses cenários distópicos, onde não há espaço para a criticidade e o livre pensar, pode-se dizer que não há espaço para o exercício da ética. O medo é quem define as ações individuais e coletivas, baseando-se nos princípios morais estabelecidos por um poder centralizado e voltado para sua supremacia. A partir das narrativas, é possível afirmar que há uma supremacia ética ditada por um Estado que anuncia seu governo por um discurso que prega a estabilidade social, mas que em sua prática cotidiana exclui a singularidade humana. Este equilíbrio da sociedade nada mais é do que o controle por meio da violência física ou psicológica justificada por um discurso ideológico que distorce o ideal de ética em prol de seu benefício próprio.

Desse modo, o cenário firmado é de uma utopia Estatal voltada para a ordem, à busca da produtividade e do enriquecimento do Estado. Aqueles raros indivíduos que conseguem despertar para uma possível alternativa além da que se encontram acabam por entrar em conflito entre seu processo de autoconhecimento, o respeito ao próximo ou àquele que o governa. As distopias aqui analisadas contaram com personagens de resistência, Winston e D-503, os quais, apesar de se desenvolverem em ambientes impregnados de uma ideologia tendenciosa, conseguiram despertar para a necessidade de experienciar sua subjetividade e singularidade, abrindo espaço para o preenchimento das lacunas da ética. Com esse movimento, possibilita-se uma esperança para a liberdade do pensamento e para a reflexão das ações humanas, impulsionadoras da ética na individualidade e coletividade.